

A edição de número 77 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) contém o tradicional texto de *Análise do mercado de trabalho*, além de incluir as seções de *Notas técnicas*, *Política em foco*, e *Economia solidária e políticas públicas*, e uma seção especial, *Plataformas digitais e relações de trabalho*, todas com textos de pesquisadores de diversos institutos de pesquisa do Brasil.

O texto de *Análise do mercado de trabalho* apresenta os principais indicadores de mercado de trabalho do país, obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em síntese, os dados tabulados indicam que o mercado de trabalho segue apresentando trajetória de recuperação da ocupação, com quedas seguidas da taxa de desemprego. Essa trajetória vem acompanhada de outras informações importantes nas comparações com o mesmo período do ano anterior – de um lado, ritmo mais intenso das contratações com registros formais, com crescimento superior ao da população ocupada como um todo; de outro lado, queda nas taxas de subocupação por insuficiência de horas, inatividade por desalento e desemprego de longo prazo. Tais resultados são relevantes também para a aproximação das metas de trabalho decente, a serem alcançadas até 2030, contidas na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da qual o Brasil é signatário. Os dados de renda do trabalho também mostraram que o ritmo de recuperação tem se mantido no quarto trimestre de 2023 na comparação interanual, com crescimento real de 3,1%, fechando a série em R\$ 3.032.

Além da análise conjuntural do mercado de trabalho, as contribuições adicionais estão organizadas em quatro seções de textos.

A seção *Notas técnicas* é formada por três textos. No primeiro deles, *As contribuições de Claudia Goldin para a ciência econômica*, Ana Luiza de Holanda Barbosa, Solange Gonçalves, Simone Wajnman e Lorena Hakak fazem uma síntese analítica da obra da economista Claudia Goldin, ganhadora do Prêmio Nobel de Economia em 2023 por sua contribuição seminal para o entendimento da dinâmica da participação das mulheres no mercado de trabalho. Sua habilidade magistral em descrever e analisar a história econômica das mulheres nesse mercado permitiu melhor compreensão das dimensões econômicas em relação às diferenças por gênero, bem como revelou as forças propulsoras por trás das desigualdades que emanam destas diferenças ao longo do tempo. As autoras também destacam contribuições recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que dialogam diretamente com a agenda de pesquisa de Goldin.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt77/apresentacao>

No segundo texto da seção, *A importância de conhecimentos em matemática e língua portuguesa no mercado de trabalho: uma análise a partir do quadro brasileiro de qualificação*, Maurício Cortez Reis buscou analisar a importância atribuída aos conhecimentos em matemática e português no mercado de trabalho brasileiro, ao investigar, mais especificamente, como o acesso a ocupações com mais exigências relacionadas aos conhecimentos nessas áreas está associado a rendimentos mais elevados do trabalho. A partir da combinação das informações do Quadro Brasileiro de Qualificação (QBQ) com os dados individuais da PNAD Contínua, é feita uma análise descritiva, caracterizando os trabalhadores em cada tipo de ocupação definida pela importância e pelo nível de conhecimentos em matemática e português. Adicionalmente, o autor apresenta regressões que procuram descrever o diferencial de rendimentos entre ocupações caracterizadas pela necessidade de competências nas áreas analisadas, controlando para outras características dos trabalhadores.

No último texto da seção, intitulado *Construção de justiça social baseada em evidências estatísticas: relato da XXI Conferência Internacional de Estatísticos de Trabalho*, Felipe Vella Pateo e Paula Montagner apresentam as principais revisões realizadas nas últimas Conferências Internacionais de Estatísticos de Trabalho (Ciets, realizadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT) a partir de 2013, bem como sua aplicação pelo Brasil, desafios e agenda futura de desenvolvimento de guias e padrões estatísticos. Os autores ressaltam como fundamental esse debate de modo presencial entre os produtores e usuários de informações no Brasil, qualificando a participação do país nos fóruns e nas instâncias multilaterais sobre estatísticas do trabalho.

A seção *Política em foco* também é composta por três artigos. No primeiro, intitulado *Ciclos econômicos, salário real e qualidade dos fluxos entre empregos*, Leandro Pereira da Rocha, Danielle Carusi Machado e Carlos Henrique Corseuil analisam a flexibilidade dos salários reais no Brasil em relação ao ciclo econômico. Utilizando dados da PNAD Contínua, os autores criaram medidas diretas para classificar ocupações, permitindo controlar a qualidade dos empregos ao examinar os fluxos de trabalhadores entre eles. Os resultados mostram que os salários reagem significativamente às flutuações no ciclo econômico e que essa sensibilidade supostamente é maior para trabalhadores recém-contratados do que para os que mantêm seus empregos. Para o Brasil, essa aparente maior sensibilidade parece estar associada a uma correlação entre o ciclo econômico e a probabilidade de os trabalhadores migrarem para postos de trabalho “melhores”, cujos salários tendem a ser maiores.

No segundo texto, intitulado *Poder de compra do salário mínimo em relação à cesta básica alimentar na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 2010 a 2019*, Alex Nascimento dos Santos de Alcântara, Vitória Brandão Daier e Melissa de Azevedo Xavier da Silva investigam o impacto do salário mínimo e seus reajustes no poder de compra dos moradores do Rio de Janeiro entre 2010 e 2019, especialmente no que diz respeito aos gastos com a cesta básica alimentar. O estudo busca entender se o salário mínimo garante a alimentação dos trabalhadores que o recebem. Os autores constatam uma leve melhora no poder aquisitivo dos cariocas, mas afirmam que o salário mínimo como ferramenta de promoção do bem-estar social ainda deixa a desejar, pois mais da metade dele é gasta com alimentação. Como resultado, outras necessidades básicas como moradia, transporte, saúde e vestuário ficam praticamente fora do alcance das famílias.

Para finalizar a seção, Sandro Pereira Silva e Juliana da Silva Ciríaco são autores do texto *Análise das compras municipais da agricultura familiar para a alimentação escolar na região Nordeste: testando a hipótese de autocorrelação espacial*. O objetivo do estudo é apresentar e debater os dados sobre o atendimento, em âmbito municipal, à regra de compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, prevista na Lei nº 11.947/2009. Buscou-se verificar se há padrões espaciais/territoriais não aleatórios na distribuição desses dados nos municípios da região Nordeste, de modo que o desempenho (alto ou baixo) de um município possa influenciar no desempenho de seus vizinhos.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz outros dois artigos. O primeiro deles, de autoria de Gregory Matheus Pereira de Moraes, Luiz Felipe Koga Vicente, Felipe Vella Pateo e Leandro Pereira Moraes, intitulado *A relevância da mensuração da economia social e solidária no Brasil: considerações inspiradas no caso espanhol*, busca elaborar uma breve síntese sobre o estado da arte da mensuração da economia solidária no Brasil, comparado ao caso da Espanha, que representa, atualmente, um dos possíveis caminhos em relação ao critério de mensuração estatística a ser seguido. Ao longo do estudo, os autores analisam definições, conceitos e contas relacionadas à economia solidária, identificando uma dificuldade generalizada na mensuração devido à falta de consenso em suas definições, o que compromete a elaboração de políticas públicas.

A seção se encerra com o artigo *A vida com direitos: direito trabalhista inclusivo e trabalho decente para catadores de resíduos sólidos no Brasil*, escrito por Ana Virginia Moreira Gomes e Dieric Guimarães Cavalcante. Com base em um estudo de campo empírico em várias cidades brasileiras, os autores investigam a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que incentiva a inclusão de catadores no sistema de gestão de resíduos, e discutem as condições de trabalho desses trabalhadores. Eles descobriram que catadores organizados em associações ou cooperativas têm condições de trabalho melhores, graças ao apoio de governos locais, doações de equipamentos e financiamento para treinamentos. No entanto, muitas dessas associações lutam para sobreviver devido à falta de reconhecimento formal e padrões de trabalho decentes. A pesquisa sugere que, ao incorporar os catadores no processo de gestão de resíduos e modificar a legislação trabalhista e ambiental, é possível melhorar tanto a reciclagem quanto as condições de trabalho dos catadores.

Esta edição do BMT apresenta ainda uma seção especial sobre *Plataformas digitais e relações de trabalho*, com três artigos. O primeiro deles, intitulado *Plataformização e precarização do trabalho de motoristas e entregadores no Brasil*, é assinado por Sandro Sacchet de Carvalho e Mauro Oddo Nogueira. Os autores analisam dados sobre trabalhadores que atuam em plataformas digitais, especialmente autônomos no setor de transporte, como motoristas e entregadores. Além de destacar a crescente relevância desse segmento no mercado de trabalho, o artigo também revela como a expansão dos empregos por meio de plataformas está associada a um processo de precarização do trabalho, caracterizado por salários mais baixos, menor nível de formalização, menor participação previdenciária e jornadas semanais mais longas.

O segundo artigo, *O que pensam os entregadores sobre o debate da regulação do trabalho por aplicativos? Resultados de survey aplicada em 2023*, de Ricardo Colturato Festi, João Pedro Inácio Peleja, Kethury Magalhães dos Santos e Laura Valle Gontijo, apresenta os resultados de uma pesquisa do tipo *survey*, realizada no primeiro semestre de 2023 em Brasília-DF. A pesquisa procurou compreender a visão dos entregadores de aplicativos sobre a regulação de sua atividade laboral e foi conduzida como parte dos trabalhos de um grupo criado pelo governo federal para propor uma regulamentação para o setor. Os resultados apontam que há divergências e ambiguidades significativas entre os entregadores quanto à regulamentação de suas atividades.

Por fim, o último artigo da seção, *O grupo tripartite brasileiro e os desafios de compor uma proposta de regulação do trabalho coordenado por plataformas digitais*, de autoria de Diogo de Carvalho Antunes, apresenta uma sistematização analítica da experiência do grupo de trabalho, instituído pelo governo federal em 1º de maio de 2023, com o objetivo de elaborar uma proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas. O autor demonstra que a iniciativa gera, por um lado, a expectativa de uma nova rodada de expansão da proteção social e dos direitos trabalhistas para trabalhadores que atuam na informalidade; mas por outro lado, a experiência demonstrou a dificuldade em se atingir um consenso mínimo sobre a forma de regulação.